

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

“AQUI FICA A CRECHE” – PROPRIEDADE DO SOLO; LUTAS URBANAS E COMISSÕES DE MORADORES NA REVOLUÇÃO

Raquel Varela¹

Resumo

A revolução portuguesa de 1974-1975 teve um amplo movimento operário e do sector de serviços que se estendem ao trabalho doméstico e de trabalhadores em geral que teve um eco muito importante nos movimentos de luta por acesso a habitações. Este artigo olha para esse processo procurando analisar como as questões o modo de vida – creches, trabalho reprodutivo, casa – ganharam uma dinâmica anti capitalista e contribuíram para uma nova forma de vida das populações.

Palavras-chave: Portugal, revolução portuguesa, comissões de moradores, lutas sociais

Abstract

The 1974-1975 Portuguese Revolution had a wide labor movement and in the sector of services, a movement extended to domestic work and workers in general who played an important echo in the protests and struggles for access to housing. This article looks at the process seeking to analyze how the way of life issues - child care, reproductive work, home – have turn out in an anti-capitalist dynamic and contributed to a new way of living among working classes.

Key-words: Portugal, Portuguese revolution, neighborhood commissions, social struggles

¹ Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa, raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

“A cantina, que até aqui funcionava para crianças pobres, como se fosse uma esmola, tinha que acabar e passar a ser para todos.”

(Lavrado-Barreiro)

Terra, buracos, crianças a brincar na rua, barracas encavalitadas. O cenário era na Quinta das FONSECAS, mas poderia ser em qualquer outro bairro de barracas da Grande Lisboa ou do Porto. A massiva proletarização dos anos 50 e sobretudo 60, que fez a crescente industrialização daquele período e foi acompanhada de um movimento do campo para a cidade – em parte introduzido pela mecanização agrícola (Castro Caldas, 2001) – e de um aumento da população ativa, moldou as cidades com áreas grandes de bairros pobres de trabalhadores – os chamados bairros de barracas ou abarracados. Onde as populações jamais se sentiram confortáveis. E mesmo antes do 25 de Abril, essa exposição da pobreza a olhos vistos – quantos destes bairros não eram em zonas centrais das cidades – tinha impacto político. Era um “pequeno inferno de solidão, incomodidade, falta de higiene, enfim, um desamparo” (Noticiário Nacional, 1975), como dirá mais tarde um locutor da Rádio Televisão Portuguesa em visita à Quinta das FONSECAS, depois do 25 de Abril de 1974.

Segundo fontes diversas apenas cerca de 40% das habitações do País dispõem de água canalizada e esgotos, enquanto nas periferias de Lisboa e Setúbal proliferavam bairros de barracas sem as mais elementares condições. A precariedade destas áreas de habitação em barracas fora posta a nu com toda a crueza nas inundações de 25-11-1967, que terão causado centenas de mortos. No Porto o exemplo de habitação precária por excelência eram as *ilhas*, uma forma tradicional de alojamento das famílias mais humildes que existia desde os primeiros tempos da industrialização da cidade. (Pérez, no prelo)

Efetivamente todas as fontes dão o cenário de um parque habitacional degradado para ¼ da população, no mínimo, e mesmo nos bairros de setores

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

operários ou médios, os registos são de estradas por alcatroar, esgotos deficientes, falta de serviços básicos como farmácia. Havia um negócio à volta da propriedade e dos “subalugas” – fenómeno em que uma habitação era ocupada por várias famílias, casas sobre-habitadas e com falta de higiene –, alvo da ira e dos protestos populares em 1974-1975, que especulavam com uma necessidade básica das populações, o direito de habitar um espaço condigno.

Desde 1965² que há um novo mercado, um mercado à volta do solo, que tem uma apropriação privada e uma supervalorização privada. Até 1965 a diferença de valorização de um terreno de agrícola/rural/não urbanizável a urbano ficava em mãos públicas, do Estado. Com a transferência de grandes populações do campo para a cidade, o Governo de Salazar abre espaço a um novo negócio – inusitado a nível europeu, onde estas mais-valias ficam na mão do Estado – e promove a “captura privada das mais-valias” (Guinote, 2008) que transformam um solo em urbanizável. Essa mais-valia vai fazer disparar os custos da habitação. Não são os custos da construção que sobem significativamente, mas a renda do solo. Daí que o investigador Pedro Bingre do Amaral tenha afirmado que:

Considerando-se que Portugal desde 1970 viveu pelo menos quatro decénios de expansão urbana — mais de 60% dos edifícios portugueses têm menos de 40 anos — e que os solos urbanizáveis praticamente não cessaram de valorizar-se entre 1965 e 2005, pode-se compreender melhor o protagonismo dos promotores de loteamentos privados na gestão do território nacional de há 45 anos a esta parte. De caminho, também se compreende melhor o destino último da melhor parte dos 168 mil milhões de euros que hoje os Portugueses assumem em dívida imobiliária: foram encaixados no mercado do solo. (Bingre do Amaral, 2011)

Este protagonismo do peso das mais-valias – em forma de renda – do mercado imobiliário foi posto em cheque durante a revolução, por um dos

² Lei dos Loteamentos (D.L. 46673) de 1965.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

processos de dualidade de poderes que nasceu mais cedo e se disseminou mais depressa: as ocupações de casas e a constituição de comissões de moradores. Está por fazer um levantamento de todos os processos de ocupação de casas em 1974-1975, em bairros sociais, casas devolutas, que depois foram para alojamento das famílias, casas para equipamentos culturais e para sedes de partidos ou comissões de trabalhadores ou moradores.

É um trabalho possível, mas muito extenso. Desde logo porque cobre todo o País, mas também, por limites da própria investigação, quase todos os trabalhos se centram nas três principais cidades. Há trabalhos parcelares para Setúbal, Lisboa e Porto. É o de Setúbal, da autoria de Chip Dows (1978), o mais extenso, abarcando toda a cidade. Este processo, que abarcou todo o território nacional, implicou uma quebra histórica no valor da propriedade do solo, cujos reflexos imediatos serão a elevação salarial dos trabalhadores neste período. Como a contabilidade oficial divide remuneração do trabalho de remuneração do capital (renda, juro e lucro) esta queda do valor das rendas vai refletir-se num aumento – está por contabilizar quanto – da remuneração do trabalho no quadro do PIB (Produto Interno Bruto), à escala nacional.

Logo três dias depois do 25 de Abril, os moradores do bairro da Boavista, em Lisboa, ocupam as casas do bairro social e recusam-se a sair, apesar de intimados pelo MFA (Movimento das Forças Armadas). No Porto vai começar no Bairro São João de Deus, com um plenário logo a 27 de abril de 1974. Na Ajuda, em Lisboa, o Bairro Salazar passa a chamar-se Bairro 2 de maio, por referência à data da ocupação. Na capital, nos primeiros 10 dias são ocupadas entre 1500 e 2000 casas de habitação social (Dows, 1978, p. 46). Serão as primeiras de centenas de ocupações de casas, a que se seguirá um movimento urbano de cariz social e político que evoluirá de uma reivindicação essencialmente ligada à questão das condições de habitação e mobilidade, higiene, cultura, reprodução da força de trabalho (creches, etc.), para o questionamento político das opções

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

estatais de habitação e da propriedade e ainda, em importantes sectores, para o confronto com o próprio modelo de Estado, a partir da segunda metade de 1975.

Em Nova Oeiras, na periferia suburbana de Lisboa, a população considera que não há infantários e que os que existem têm um preço na ordem dos 1500 escudos por mês, totalmente incomportável para um salário médio de trabalhadores. Decidem, por isso, ocupar uma casa devoluta: “iniciámos a nossa luta pela criação deste infantário para servir o povo (...) em apenas dois dias inscreveram-se 23 crianças com idades compreendidas entre um mês e os seis anos” (Esquerda Socialista, 1975).

Em Chelas, um morador, um jovem de bigode, muito provavelmente um dos militantes revolucionários que estavam muito envolvidos nas lutas sociais urbanas (Pinto, 2008), explica como decorreu uma ocupação:

A ocupação começou no sábado passado, pelas 7 horas da tarde. Nós entrámos pelos edifícios adentro e arrombámos 2, 3 portas, que não estavam abertas, mas que nós nos comprometemos a pagar. Foram ocupados 2 edifícios de 7 andares cada com 3 casas em cada andar. São 23 famílias. Ocuparam também a arrecadações, a casa da porteira, pois a necessidade de casas é tanta que não escapou nada (risos). A partir daí informámos o COPCON (Comando Operacional do Continente), eles asseguraram que não intervinham, nós sabemos que o construtor do prédio tinha-se dirigido a eles, mas o COPCON não interveio. No domingo ele chegou aí com a polícia, dialogámos mas não chegámos a conclusão nenhuma. (Noticiário Nacional, 1975)

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015



Fonte: Esquerda Socialista, nº 24, 8 de abril de 1975, p. 3.

As comissões de moradores eram autênticos “órgãos de decisão local”. Nasceram quase de imediato como estrutura de decisão local, atuando como um poder paralelo face às câmaras municipais, em recomposição. Estas tinham sido largamente ocupadas por quadros afetos ao PCP (Partido Comunista Português)

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

e ao MDP/CDE³ (frente do PCP) – o PCP aliás vai resistir durante todo o processos a eleições gerais autárquicas, apesar das pressões do PS⁴ – mas tinham escasso poder quando se tratava de lidar com a questão da habitação (alojamentos, espaços culturais) e havia uma forte tensão em muitos destes processos. As câmaras municipais acabaram por servir mais para a recomposição do aparelho de Estado – e como fonte de quadros e financiamento para os principais partidos (sobretudo, então, PS e PCP), do que como órgãos de gestão das localidades, uma vez que esta gestão foi assumida pelas comissões de moradores em articulação quase direta com o poder central e o MFA. Foram variadas as formas de coordenação das comissões de moradores, mas estes foram os primeiros organismos de duplo poder a coordenarem-se, antes de as comissões de trabalhadores encontrarem formas de coordenação (Pérez, no prelo). Como todos os fenómenos de dualidades de poderes no processo revolucionário, estes são trespasados pelas lutas políticas pela sua direção, associadas a um programa. Como esse levantamento não está feito, é difícil saber exatamente quais eram os setores mais mobilizados e por que partidos eram influenciados, mas havia uma luta que opunha de facto um setor mais institucionalizado e ligado ao Estado – o SAAL é reflexo disso – e outro mais ligado a formas de duplo poder que questionam a próprio propriedade do solo. Porém, os SAAL integraram muitas CMs mais radicais e muitas CMs mais radicais tiveram picos altos e outros baixos de mobilização popular, sendo a fronteira difícil de delimitar a partir dos estudos que existem. Pedro Ramos Pinto (2008) calculou que em Lisboa sensivelmente 1/3 das CMs tinham uma postura mais radical.

A formação de uma Comissão de Moradores determinada remete-nos normalmente para a realização de uma assembleia ou

³ Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral.

⁴ Sobre a disputa entre PS e PCP pelas câmaras municipais ver Varela (2011).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

plenário de moradores da área em questão, quase sempre por iniciativa de grupos de moradores mais esclarecidos ou ligados a grupos de esquerda. Essas primeiras reuniões elegem uma comissão, com contornos mais ou menos diversos, e aprovam um caderno reivindicativo em que são colocadas as reivindicações mais prementes das populações. (Pérez, no prelo)

A maioria das reivindicações encaradas pelas comissões de moradores são de emergência: direito à habitação (mantendo-se as populações no mesmo local ou bairro); infra-estruturas; creches e infantários; saneamento básico. Estas comissões têm uma organização por bairro – e não necessariamente administrativa, como no caso de freguesia (Pérez, no prelo) –, e portanto têm uma dimensão que reúne formas de solidariedade ou de conflitos, mas em torno das vidas comuns fora do espaço de trabalho.

As ocupações começam por se dirigir aos bairros sociais, camarários, cuja distribuição de casas, escassa, era alvo de corrupção. Mas a partir do meio de 1975, as ocupações dirigem-se às casas devolutas pelo País fora e começam a questionar o valor das rendas impondo limites de acordo com o salário médio dos trabalhadores. Entre janeiro e março de 1975, devido ao aumento das ocupações e à crescente crise do Estado, surgem os primeiros organismos de coordenação. Entre os organismos de coordenação conta-se a Comissão Central de CMs dos Bairros Camarários do Porto, criada a 13 de dezembro de 1974; a Intercomissões dos bairros pobres e de lata de Lisboa, criada em janeiro de 1975 e que conta com 18 CMs; a Intercomissões dos bairros de Barracas em Setúbal, em fevereiro de 1975. Em março de 1975 havia 57 CMs em Lisboa, mobilizando milhares de residentes.

O Governo tenta reagir a isto de imediato, primeiro tentando proibir. Lança dezenas de comunicados e faz ameaças na imprensa, durante os primeiros meses, tentando impedir a ocupação de casas. Neste comunicado o Ministério da Comunicação Social faz publicar uma nota onde afirma que:

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Verificou-se ontem em Lisboa que alguma famílias vivendo em precárias condições e por terem sido erradamente informadas ocuparam indevidamente habitações devolutas com a convicção de que o podiam fazer (...). A desobediência pode suscitar graves consequências. (Diário Popular, 1974)

Não suscitou, pelo contrário. As medidas de proibição serão vãs – gerando até, em muitos casos, o oposto, uma crescente oposição ao Governo. Este muda de tática e cria um programa de emergência para tentar resolver os problemas mais prementes dos bairros de barracas e abarracados e manter uma ligação mais estruturada entre as CMs e o Estado. É criado o Programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)⁵.

O SAAL foi formado como corpo técnico específico do Fundo de Fomento da Habitação por despacho dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, em 4 de agosto de 1974. Destinava-se primordialmente a apoiar por via das “Câmaras Municipais as iniciativas das populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros”. A ideia subjacente à constituição do SAAL baseava-se nas experiências da América Latina, em que se recorria a processos de autoconstrução. Embora não fosse seu objetivo, o Programa SAAL também tentava driblar a questão do desemprego, usando mão de obra voluntária ao abrigo da ideia cooperativista, sendo que este desemprego tinha sido criado como medida contracíclica da crise de 1973 (desemprego ou encerramento de fábricas para reverter a queda da taxa média de lucro). Esta dimensão da autoconstrução era por isso mesmo alvo de críticas acutilantes por várias comissões de moradores, enquanto outras a viam como um meio de envolver os moradores no próprio processo social. O SAAL incluía distintas áreas como a dinamização cultural, associativa e política.

⁵ Para saber mais sobre o SAAL ler Bandeirinha (2007).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

O SAAL vai estar muito ligado a várias comissões de moradores, embora fosse um programa polémico que recebia críticas de vários quadrantes políticos, como lembra um dos seus fundadores e criadores, Nuno Portas (1986). Mas aquilo que determinava a dinâmica política do SAAL era a procura da supressão das formas de duplo poder, criando, sim – para que os moradores pudessem usufruir do apoio financeiro e técnico do SAAL –, a organização formal dos moradores em cooperativas de habitação económica ou associações de moradores.

Destaca-se durante o SAAL a legalização, ao abrigo do programa, de 131 associações de moradores; cerca de 40 ha de terrenos adquiridos, 4000 fogos (edificação para habitação de uma unidade familiar) concluídos. É relevante destacar, porque a memória de um país pós-revolução, criada sobretudo pelos vencedores do golpe contrarrevolucionário da estabilização democrático-parlamentar, continua a associar a revolução ao “caos”, que uma auditoria às contas do SAAL feita anos depois não detetou qualquer irregularidade “no que diz respeito à gestão dos dinheiros entregues pelo Estado às cooperativas e associações de moradores” (Portas, 1986, p.639).

O Governo não tinha como, fisicamente, resolver o problema de habitação das populações com as casas sociais pelo tempo e recursos que isso mobilizaria – isso só poderia ser resolvido com a propriedade devoluta ou por usar. Os trabalhadores compreendem-no, não por consciência do significado da lei dos solos de 1965 ou sequer pelo funcionamento intrínseco do papel da renda no processo de acumulação capitalista. Compreendem-no porque viam “tanta gente sem casa e tanta casa sem gente”. Quem viveu demasiado tempo em barracas e agora está com a força e o otimismo de uma revolução não espera. E não esperaram. A partir de fevereiro de 1975, a ocupação de casas generaliza-se às casas devolutas (pequena e média propriedade), começa-se a questionar o preço

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

das rendas (mantido elevado pelas casas devolutas) e o Governo não sabe o que fazer.

Argumentámos que este processo, junto com o processo de ocupação de empresas/controlo operário é que vai determinar o desesperado golpe falhado de 11 de março de 1975. A revolução social pós 11 de março não foi uma oferta do Conselho da Revolução, como a memória, sobretudo construída pelo PCP, argumenta. Pelo contrário, o golpe foi filho da revolução social que estava em marcha nas empresas e bairros e o desaire reacionário de 11 de março de 1975 veio dar mais fôlego a um processo que começa antes. E será com muitas dificuldades que o Conselho da Revolução o irá tentar travar, já não com proibições e medidas policiais, mas com cedências na área dos direitos sociais e com um chamar a si das empresas pela sua nacionalização. Outra realidade é que este processo em si, reflexo do enfraquecimento do Estado, mas ainda assim uma tentativa de salvar esse mesmo Estado, vai ele próprio reforçar os mecanismos de duplo poder, levando à rutura da coligação PS-PCP e à preparação do golpe de direita, que viria a acontecer em 25 de novembro de 1975. Como a oposição democrática em Portugal era agora forte – PCP, PS, PSD parcialmente – essa ação teria poucas probabilidades de ser um golpe à Kornilov⁶ em Portugal, um clássico golpe contrarrevolucionário feito com a força das armas levando à instituição de um regime bonapartista, como no Chile, por exemplo, mas teria de ser acompanhado da institucionalização de um regime democrático-parlamentar – que substitui a democracia de base pela democracia representativa – feito em acordo com setores moderados. Esta estratégia para conservar o Estado capitalista em Portugal foi bem compreendida pelo embaixador Frank Carlucci (Moreira de Sá, 2004) e pela social-democracia alemã (Fonseca, 2012) e europeia, que apoiaram uma solução de “reação democrática” feita através de

⁶ Kornilov foi um general do Exército russo, comandante-em-chefe em 1917, que ficou conhecido por liderar a tentativa de golpe de estado contra o Governo Provisório de Alexander Kerensky durante a revolução de 1917.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

uma ampla coligação cujo centro civil foi o PS. Ainda assim, uma forma de contrarrevolução, ou de pôr fim à revolução, ou, como lhe chamou António de Sousa Franco, a “normalização contra revolucionária” (Franco, 1994).

Regressando às ocupações de casas devolutas, registamos o testemunho de um morador desta vaga de fevereiro de 1975: “Os tipos ocuparam a casa, e o bairro organizadamente discutiu quais as famílias que iam, atendendo a dois critérios: primeiro não terem medo, segundo terem necessidades, porque havia os que precisavam mas não se arriscavam” (Dows, 1978).

Muitos proprietários reagem individualmente, arrendando as casas a preços mais baixos para evitar que fossem ocupadas. O Governo reage também, considerando inaceitável que essas ocupações sejam feitas: “A Polícia Militar da Região Militar do Porto tem visitado os palacetes e casas ocupadas para informar que dentro de dias sairá legislação apropriada, prevendo-se que, em muitos casos, essas ocupações não possam ser consumadas” (Diário Popular, 1975).

Está aí a crise do Estado. A propriedade ocupada, o preço da renda cai por isso, o Estado envia a Polícia Militar para “informar”, a legislação é feita em cima do acontecimento, e não conseguiu, em muitos casos, suspender as ocupações, muitas comissões começam a organizar tribunais populares onde decidem, em paralelo ao Estado, da justeza de tais ocupações:

Perante o ataque governamental, os participantes reforçam as suas posições. Em julho (1975) é levado a tribunal o primeiro processo (em Setúbal) contra um participante. Organiza-se uma manifestação contra o julgamento que culmina com a solidariedade dos trabalhadores do Tribunal, incluindo o próprio juiz. (Dows, 1978, p.51)

Está por fazer um levantamento exaustivo de quantas casas foram ocupadas, quantas casas o Governo conseguiu desalojar, em quantas chegou a acordo com as CMs, mas é um facto que os relatos ilustram uma situação de um poder que efetivamente existe como poder paralelo ao Estado, e esse é o dado

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

mais importante de uma revolução, como lembra Charles Tilly (1995). É a extensão deste duplo poder – duplo poder orgânico ou inorgânico, embrionário ou organizado ou ainda nacionalmente coordenado/organizado – que está em debate e não se ele existiu ou não. A grande questão é até onde é que foi e de que formas se revestiu, que forma ganhou este poder paralelo ao do Estado – dito de outra forma, qual o grau de incapacidade de o Estado impor o seu poder. Não está em debate, numa crítica de fontes séria, se ele existiu.

Em março de 1975 o Governo tenta enquadrar as ocupações das casas devolutas numa legislação que prevê essa ocupação em determinadas condições (emergência social, abandono da casa, mas tudo realizado em articulação com os ministérios). Em algumas zonas pede às CMs para fazerem um levantamento das casas vazias e entregarem a mesma na respetiva junta de freguesia (Dows, 1978, p.47).

No Porto dá-se uma crise na gestão da Câmara Municipal, fruto de uma greve dos funcionários municipais e dos protestos dos moradores, que leva à demissão da Comissão Administrativa da CMP. A mesma câmara que tinha sido cercada pela população logo a seguir ao 25 de Abril porque a polícia, fugida dos manifestantes, aí se tinha refugiado. A 5 de abril de 1975 realiza-se um grande plenário de CMs no Palácio de Cristal.

Uma manifestação gigante a 17 de maio de 1975 (Rezola, 2006) em Lisboa e no Porto (nesta cidade é considerada uma das maiores manifestações de todo o período) reúne milhares de pessoas com as reivindicações sobre habitação. Liam-se nos cartazes palavras de ordem contra os subalugas, mas também se lêem cartazes contra a autoconstrução (e o trabalho gratuito a ela associado), e pelo rebaixamento das rendas.

Em Setúbal a Câmara vai ser ultrapassada por um acontecimento político peculiar. Nesse dia 7 de março há um comício do PPD e uma contramanifestação com algumas centenas de pessoas. A PSP abre fogo e mata um trabalhador,

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

ferindo outros. A população reage logo numa grande manifestação cercando a esquadra da PSP. O Exército fecha a esquadra, substitui a sua guarnição, mas não evita que esse caso tenha impacto político em toda a cidade, porque implica o enfraquecimento dos órgãos repressivos: “[Depois de 7 de março] andava-se na rua e viam-se as famílias com as trouxas às costas à procura de casa onde se meter” (Dows, 1978, p.48). A 5.^a Divisão, afeta ao PCP, promove uma reunião onde condena aquilo que considera as “ocupações selvagens de casas”, mas não tem força social para o fazer. O Governo vai ser obrigado a promulgar um decreto em que suspende as ações de despejo e legaliza as ocupações já realizadas.

Porém, a crise do próprio Estado – também imposta pela existência deste duplo poder territorial da gestão da vida nas localidades e do parque habitacional – vai determinar que o fenómeno de formas de poder local ganhe mais fôlego. O reflexo disso é que entre março e julho de 1975 são formadas em Lisboa 66 novas CMs. Nasce também uma nova organização, a CRAMO (Comissões Revolucionárias Autónomas de Moradores), como resultado desta nova situação.

O Governo tentará driblar o duplo poder ao nível dos trabalhadores (controlo operário) e dos bairros com três medidas centrais: a criação do Conselho da Revolução, tentando que este ganhasse espaço para reforçar a confiança dos trabalhadores no Estado, a “batalha da produção” e o *Documento Guia*, apresentado à Assembleia do MFA a 8 de julho de 1974, cujo projeto vinha a ser concebido desde maio de 1975 e que previa o controlo das assembleias de base dos trabalhadores e moradores pelo MFA. Este *Documento Guia*, popularizado pelo MFA e pelo PCP com o eufemismo da “institucionalização” da aliança Povo-MFA, previa uma organização suprapartidária em que o MFA e outros órgãos do aparelho de Estado “apoiam” as assembleias populares e o Conselho da Revolução é o “órgão máximo de soberania nacional” (Neves, 1976), atribuindo, portanto, o poder máximo a uma direção do MFA, que não emanava de órgãos de trabalhadores. Não estamos por isso de acordo com Inácia Rezola

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

quando defende que o *Documento Guia Povo-MFA* era um projeto de “democracia popular e direta” (Rezola, 2006), uma vez que colocava, ou tentava colocar, os trabalhadores e todos os órgãos de poder popular sob o controle do MFA e em particular do Conselho da Revolução.

Álvaro Cunhal, no balanço que fará vinte anos depois sobre a esquerda militar, tem uma opinião diferente sobre o *Documento Guia Povo-MFA* e considera-o uma forma de militarização do trabalho:

O *Documento* reflete a influência do radicalismo pequeno-burguês sobre a Esquerda militar, que, nessa altura de crise, aparece em crescente aliança com elementos pseudo-revolucionários. Os princípios expostos no documento constituem uma tentativa de submeter o movimento operário e popular ao MFA e aos militares em geral, que definiriam quais as estruturas unitárias representativas do povo e as reconheceriam oficialmente. (Cunhal, 1994)

E, historicamente, o *Documento Guia Povo-MFA* poderia ser considerado uma tentativa de militarização da força de trabalho. Mas só uma tentativa, cremos, porque no quadro da revolução portuguesa, com a crise no Exército, era, à partida, um projeto menos ambicioso – provavelmente alicerçado num certo namoro do MFA com as teorias à altura chamadas “terceiro-mundistas”, ou seja, a ideia de uma burguesia ou pequena-burguesia nacionalista com um certo grau de independência face aos países centrais, proposta que já vinha esboçada na generalidade no PAP⁷ –, mas que na prática tentava uma outra via de controlo laboral.

O *Documento Guia Povo-MFA* foi, quando da sua proposta, defendido pelo PCP como a “concretização orgânica da aliança Povo-MFA” (Avante, 1976). E era-lhe necessário pelo menos por três razões: em primeiro lugar, os sindicatos não cumpriam totalmente essa missão, sobretudo desde a generalização do

⁷ Plano de Ação Política, de 19 de junho de 1975, conhecido como 2.º Programa do MFA.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

“assembleísmo” a partir de fevereiro de 1975; em segundo lugar, havia uma disputa entre PC e PS e extrema-esquerda pela direção dos sindicatos e comissões de trabalhadores; finalmente, a perspectiva de cair a coligação e o confronto aberto com o PS levavam o PCP a apelar a uma mobilização de base, que exigia um maior controlo sobre essa mesma base mobilizada:

As organizações revolucionárias, as massas populares têm revelado consciência de tal necessidade ao avançarem na criação de comissões de moradores e outras organizações unitárias de base, ao avançarem para formas de coordenação entre comissões de moradores da mesma zona (...) ao estabelecerem contactos entre comissões de moradores e de trabalhadores, ao desenvolverem tais contactos de umas e outras com o Movimento das Forças Armadas. (Avante, 1975, p.4)

O *Documento Guia Povo-MFA*, de enquadramento dos conflitos sociais, tinha precedentes na política de traços bonapartistas do partido para o movimento operário, nomeadamente na lei da greve de agosto de 1974 e na unicidade sindical. A declaração da Comissão Política do Comité Central do PCP a propósito da assembleia de 8 de julho não esconde que o *Documento Guia* procura a “institucionalização do movimento popular”, pondo fim ao “agravamento artificial dos conflitos” (Avante, 1976, p.24). Dando uma fraseologia revolucionária ao documento, o PCP apela ainda a que se respeite o carácter apartidário das estruturas populares (Avante, 1976, p.24), procurando evitar a disputa entre partidos, garantindo assim a sua submissão ao MFA:

A valorização do movimento popular e o esquema da sua institucionalização é de particular importância (...). Certas concentrações e manifestações patronais previstas para os próximos dias, a que os organizadores procuram dar um sentido contrarrevolucionário, o agravamento artificial dos conflitos, o lançamento ou relançamento de greves inadequadas à situação ou sem justo motivo, a agitação clandestina, o clima de desrespeito pela ordem democrática que se procura fomentar em

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

alguns setores, continuam a exigir vigilância popular e prontidão das massas para defenderem em quaisquer circunstâncias as conquistas da revolução em estreita aliança com o MFA. (Avante, 1976, p.24)

A permanência do problema da habitação, habitação condigna, multiplicará os conflitos. E o *Documento-Guia* não alcançará os objetivos centrais, desde logo porque uma das pernas – o MFA – irá ruir por cissiparidade, arrastando consigo a aliança Povo-MFA, isto é o projeto de um Estado capitalista fortemente regulado, mas ainda assim um Estado que refletia um equilíbrio entre frações de classes e que evitaria ver o seu poder deslocado de forma insurrecional para os trabalhadores e seus organismos. E o enfraquecimento do MFA contribuirá para reforçar estas formas de poder local, como é padrão durante este biénio. Numa entrevista à Comissão de Moradores da Cooperativa 25 de Abril, já em setembro de 1975, uma moradora confessa para as câmaras:

Devido às travagens todas por parte de governos, câmaras, juntas, tem havido uma desmobilização porque as pessoas começam a não ver os seus problemas resolvidos (nas coisas mais elementares como sejam água, sejam luz, pois a câmara não dá solução absolutamente nenhuma. Ora há falta de mão de obra, ora há falta de verba (...)) Solucionamos o problema, a resolver a coisa através de brigadas de desempregados. Mas a câmara tenta tudo para não dar andamento às justas aspirações das populações.

Jornalista: Qual é o vosso plano? Naturalmente que todas estas zonas de subinstalação requerem uma profunda reconversão...

– Nos nossos cadernos reivindicativos, duas das exigências que fazíamos ao governo, e que são mesmo fundamentais, eram a construção de casas, que se reflete de duas formas: ou através de cooperativas e associações ou exigindo habitação social. Isto só está a ser seguido na habitação social, nas cooperativas não, porque o governo ou não dá as verbas ou não dá os empréstimos. (Noticiário Nacional, 1975)

Outra senhora, gordinha, de bata, fala na Quinta da Calçada:

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

As burocracias que nós encontramos! É todo o entrave desde o início da intercomissões que nós temos encontrado. Uma vez é porque não há quem queira trabalhar, outra vez é porque não há dinheiro, outra vez é porque os dinheiros estão congelados. Eu já lhes tenho dito que se agora no verão o dinheiro não descongelou, muito menos no inverno, começa a estar frio, ainda muito mais congelado ele vai ficar. (Noticiário Nacional, 1975)

A queda do V Governo não enfraqueceu os processos de luta. Pelo contrário, reforçou-os, ao ponto de o próprio Partido Comunista ter equacionado reforçar estes poderes na área de Lisboa, num Conselho Municipal, o que lhes reconhece de facto aumento de poder e não perda deste. Não existe, lembramos, nenhum trabalho de estudos de fontes primárias que não afirme que não há um reforço dos poderes das comissões de moradores depois de agosto de 1975. Na verdade, quer os processos de lutas de bairro/habitação, quer os processos de dualidade de poderes nos quartéis crescem com a crise de Estado que foi acentuada com um IV Governo em crise e um V Governo semiparalizado e sem apoio nas cúpulas dos partidos do Governo – de todos, incluindo do PCP.

Em junho já há comissões de moradores que, para além de serem espaços de luta pela habitação e alojamento, se consideram “escolas da revolução” e apelam à unidade com marinheiros e soldados. Em Setúbal generaliza-se a partir de maio de 1975 uma campanha que quer impor como limite a renda a 500 escudos (nesta altura o ordenado mínimo era de 4400 escudos) por assoalhada. Esta luta chega a atingir mais de 1500 famílias e dela decorre também a formação de um Conselho de Moradores que insere na agenda um programa que punha em causa a propriedade privada. No dia 1 de setembro de 1975 o Conselho de Moradores de Setúbal aprova aquela que será uma das reivindicações mais radicais das lutas pela habitação, porque colocava em ameaça a Lei dos Solos de 1965. Da proposta aprovada consta:

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

1. Nacionalização ou municipalização dos solos urbanos com socialização das grandes e médias empresas de construção civil. Estas nacionalizações são feitas sem qualquer indemnização.
2. Eliminação total das novas licenças para construções de luxo.
3. Desenvolvimento imediato da construção social.
4. Socialização imediata da habitação com exceção da casa própria. (Dows, 1978, p.50)

No seu balanço pós revolução sobre o SAAL, o arquiteto Nuno Portas defendeu que, entre as várias causas de problemas do SAAL, esteve o curto tempo que durou o processo revolucionário, que não permitiu construir grande parte das casas que estavam planeadas. No tempo do Estado Novo a média de construção entre a decisão do Fundo de Fomento e a entrega das casas era de sete anos e, escreveu Nuno Portas, mesmo que esse tempo fosse reduzido, nunca poderia tê-lo sido para menos do que dois anos (Portas, 1986). Efetivamente, Portugal produzia na altura cerca de 1/3 da média de construção de fogos por habitantes. Estava, segundo Helena Vilaça, estipulada uma média de oito fogos por 1000 habitantes e a média em Portugal era de três. Esta escassez dever-se-ia à dependência do setor da construção das “crises cíclicas no setor da construção civil, quase sempre caracterizadas por falências e concentração empresarial”.

Porém, Chip Dows, a partir do estudo que fez para a cidade de Setúbal, coloca as origens dos problemas de habitação noutra lugar: o valor do solo. Em Setúbal existiam 1152 barracas durante este período da revolução, mas no mesmo período havia 520 fogos acabados e mais de 3000 em vias de acabamento (a muitos só lhes faltava licença de habitação). Havia além disso casas devolutas que sustentavam os preços altos das rendas – porque se fossem colocadas no mercado fariam cair o preço da habitação. As rendas na cidade de Setúbal, entre 1970 e 1975, subiram entre 130% e 140%. Por isso, conclui este autor, o desenvolvimento da construção civil não resolve a questão do

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

alojamento, porque o preço das casas construídas não permite que mais de 30% da população tenha acesso a elas (Dows, 1978, p.23).

Mercado de arrendamento em Setúbal 1970-1975

	1970	1975	Acréscimo %
T2	1330 escudos	3160 escudos	137,6
T3	1540 escudos	3730 escudos	142,2
T4	1870 escudos	4500 escudos	140,6
Média por assoalhada			142,9

Fonte: Dows (1978)

O VI Governo será o que terá mais dificuldade em governar, ao ponto de ter entrado em greve, formalmente, em 20 de novembro de 1975. Este espaço de crise do Estado vai ser concomitante com o reforço dos processos de ocupações de casas e de força das comissões de moradores, muito para além só das questões relativas à gestão do bairro. A crise do Estado é, por outro lado, o fortalecimento de um outro poder. É isso que define uma crise de Estado, para além de uma crise de regime ou de governo. E embora como sempre esta seja uma tendência, havendo casos excepcionais, todos os trabalhos sobre as comissões de moradores dão conta de processos ao nível de bairro que se tornam a partir daí uma força social sem que o Estado tenha capacidade de intervir ou atenuar os conflitos. A Comuna de Lisboa e o Comité de Luta de Setúbal – reunindo CM, CT e Comissão de Soldados – com todas as suas limitações e disputas pela sua orientação política, expressam esta dualidade de poderes. Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro do VI Governo, virá à televisão a 13 de outubro de 1975 dizer que reconhece o “generoso ímpeto revolucionário”,

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

mas que o ataque à propriedade privada exigia “a resposta da maior parte da população” (Pinto, 2008).

Porém, a maior parte da população – pelo menos a que estava mobilizada, e é essa que é determinante nos processos revolucionários – não estava de acordo com Pinheiro de Azevedo, tanto que a forma de pôr fim a estes conflitos não será a mobilização da população a favor do VI Governo e muito menos o enfraquecimento das comissões de trabalhadores, moradores e soldados – haverá manifestações de apoio ao Governo, mas que estão longe de suplantar as manifestações contrárias – mas um golpe militar de que o próprio Pinheiro de Azevedo fará parte. O golpe, para ter sucesso, será desta vez realizado isolando os setores mais à esquerda do aparelho militar e granjeando, por um lado, uma ampla coligação temporárias *sui generis*, que inclui toda a direita, a Igreja, o PS, o MRPP – e, por outro, a institucionalização do PCP, que aceita não resistir ao golpe, dentro de uma estratégia de coexistência pacífica delineada em Ialta e Potsdam, e assegurando um amplo setor empresarial do Estado e uma Reforma Agrária.

Só uma força social de base muito determinada e determinante exigiria um golpe preparado com este cuidado, reunindo tantos setores no seu apoio ou garantindo a sua não resistência. Sabemos até onde foi a dualidade de poderes na revolução portuguesa não só pela extraordinária documentação que nos ficou – e é um dado desta revolução quase inusitado, porque ela foi feita já na década de 70, com muitos intelectuais e uma população apesar de tudo urbana e mais escolarizada do que as revoluções da década de 30 na Europa ou as revoluções anticoloniais. A Revolução dos Cravos deixou uma extensa memória e documentação escrita, que nos permite conhecer o alcance social do processo, mas este alcance também o conhecemos pela dimensão da crise de Estado e pela forma de coligação que se encontrou para pôr fim a este outro poder que gestava um outro país. A seguir ao início do processo contrarrevolucionário, a

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

partir de 25 de novembro de 1975, há um enorme recuo das lutas urbanas. O direito à habitação ficará inscrito no pacto social – a Constituição aprovada em 1976 – no âmbito dos direitos sociais (no mesmo plano do direito à saúde, à educação, à segurança social e ao ambiente e qualidade de vida). Porém, este será o direito menos concretizado. Nunca houve alteração à Lei dos Solos que impedisse a captura total das mais-valias privadas (Guinote, 2008) e o pós 25 de Abril não resolverá a maioria dos casos de bairros de barracas, questão que será “resolvida” com a explosão especulativa/crédito imobiliário durante os anos 90.

Referências

- AVANTE, Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo. In: *Avante!*, Série VII, 3 de julho de 1975.
- AVANTE, Nota sobre a assembleia do MFA de 8 de julho. Comissão Política do CC do PCP, 9 de julho de 1975. In: *Documentos do CC do PCP. 3.º Volume, julho/dezembro de 1975*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.
- BANDEIRINHA, José Manuel. *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de Abril*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007.
- BINGRE DO AMARAL, Pedro. *Análise das relações da política de solos com o sistema económico*, Preparação da nova lei do solo, Documento Técnico DGOTDU 5/2011, Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011.
- CASTRO CALDAS, João. *Terra e Trabalho*. Oeiras, Celta, 2001.
- CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. Passado e Futuro*. Lisboa, Edições Avante!, 1994, p.177.
- DIÁRIO POPULAR, n.º 11603, 29 de março de 1975, p17.
- DOWS, Chip. *Os Moradores à Conquista da Cidade*. Lisboa, Armazém das Letras, 1978.
- ESQUERDA SOCIALISTA, n.º 23, 1 de abril de 1975, p. 10.
- FONSECA, Ana Mónica. Apoio da social-democracia alemã à democratização portuguesa. In: *Ler História*, 63, 2012, Lisboa, ISCTE, pp. 93-108.
- FRANCO, António de Sousa. A Economia. In: REIS, António (coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 207.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

GUINOTE, José Carlos. Urbanismo e corrupção: as mais-valias e o desenvolvimento urbano, *Le Monde Diplomatique*, Edição portuguesa, 6 de agosto de 2008.

LAVRADIO-BARREIRO, A cantina da escola do Lavradio. *Revolução*, Lisboa, n.º 39, 16 de maio de 1975, p.7.

MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

NEVES, Orlando (org.). *Textos Históricos da Revolução*. Lisboa, Diabril, 1976, pp. 50-1.

NOTICIÁRIO NACIONAL, 9 de setembro de 1975, Arquivo da RTP.

PÉREZ, Miguel. Comissões de moradores. In: *Dicionário Histórico do 25 de Abril*, Porto, Figueirinhas, no prelo.

PINTO, Pedro Ramos. Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal, 1974-1976. In: *The Historical Journal*, 51, 4, 2008, pp. 1025-1046.

PORTAS, Nuno. O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, fevereiro de 1986, pp. 635-644.

REZOLA, Inácia. *Os Militares na Revolução de abril*. Lisboa, Campo da Comunicação, 2006, p. 275.

TILLY, Charles. *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*, Barcelona, Crítica, 1995, pp. 26-27.

VARELA, Raquel. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa, Bertrand, 2011.

Recebido em 11 de novembro de 2015.

Aprovado em 16 de dezembro de 2015.